

Alívio à vista

Embora pouco explicitada quanto a métodos e extensão, a nova política norte-americana em relação à dívida externa dos países do Terceiro Mundo convalida um ponto de vista dominante nos meios financeiros internacionais. De fato, os centros vitais da economia mundial, à exceção dos Estados Unidos, Japão e Inglaterra, há muito concluíram que os encargos impostos às nações devedoras não podem ser resgatados segundo os critérios e cronogramas em vigor.

O chamado Plano Brady, agora oficialmente anunciado pelo presidente George Bush, chega para substituir o malsinado, dúbio e vacilante Plano Baker, acionado durante a gestão Reagan. Se a mudança não alcança alturas revolucionárias, pelo menos corresponde à média do raciocínio em franca expansão, segundo o qual urge reforma estrutural nos processos administrativos da dívida. Não era mais admissível manter-se o *status quo*, como se o empobrecimento sistemático dos países terceiro-mundistas, principalmente daqueles de economia emergente, como Brasil, não afetasse a ordem econômica internacional na sua totalidade.

Regras leoninas impostas pelos credores converteram as nações tomadoras de empréstimos e financiamentos em exportadoras de capital, em volumes cada vez mais significativos. Uma grande parte dos programas de crescimento das sociedades industrializadas, principalmente no domínio reservado à iniciativa privada, há tempos se sustenta nos juros escorchantes e taxas de risco (*spread*) incidentes sobre a dívida. Para se ter uma idéia da drenagem dos recursos em direção às grandes potências econômicas, basta dizer que o Brasil remeteu ao exterior nos últimos cinco anos importância superior a 60 bilhões de dólares, só para satisfazer obrigações relativas a juros e taxas.

Os saldos da balança comercial do exercício passado, da ordem de 19 bilhões de dólares, foram integralmente comprometidos em semelhante sorvedouro. Calcula-se que, nos últimos vinte anos, o Brasil já consignou aos credores receitas em divisas duas vezes superiores à própria dívida, em atendimento aos seus serviços.

No mesmo período, os ingressos de capital estrangeiro, de financiamento e de risco, não ultrapassaram os quarenta por cento das remessas ao exterior.

Vê-se que vigora uma correlação financeira profundamente injusta, no que diz respeito aos fluxos de capital, e dramaticamente usurária, quanto à remuneração do dinheiro. Ora, a persistência de semelhante mecanismo acabaria por levar o Brasil a uma penúria extrema de recursos para financiar o seu desenvolvimento, embora condenado a exportar cada vez mais para resgatar compromissos externos. E esta realidade é partilhada por todos os países do Terceiro Mundo, principalmente os da América Latina, Brasil, México e Argentina à frente.

Parece que o presidente Bush, trazido ao poder sob o influxo de uma política internacional mais ágil e ousada, até mesmo para contrabalançar a insinuante presença da linha *gorbatcheviana* no mundo ocidental, assimilou a necessidade de alterar os compromissos dos Estados Unidos com as nações do Hemisfério Sul. Sua proposta para solução da dívida externa, seja pela redução dos montantes físicos pendentes, com passagem pelo corte nos juros, seja pelo deferimento de *waiver* (perdão) por parte de alguns bancos credores, configura o primeiro passo para o ajustamento conjuntural da questão. Salvo pelo engajamento do Fundo Monetário Internacional como instância ministradora de políticas macroeconômicas aos países devedores, condição imposta para o acesso aos benefícios da mudança, as novas diretrizes de Bush ajustam-se às reivindicações táticas do Terceiro Mundo.

O problema, todavia, só será equacionado em sua configuração estrutural pela aposentadoria dos critérios atualmente em vigor nas relações financeiras internacionais. O acordo de Bretton Woods, celebrado após a Segunda Guerra mundial, urge ser reformulado integralmente, eis que se revelou um instrumento de dominação das potências econômicas, em detrimento das aspirações de progresso das nações subdesenvolvidas e daquelas outras às vésperas do desenvolvimento, como o Brasil.